

Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Registo E_COM6XV/2023/129
Data 12/06/2023

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação

Deputado Afonso Oliveira

Assunto: Requerimento para audição do Ministro da Economia e do Mar, Eng.º António José da Costa Silva e do Secretário de Estado das Finanças, Dr. João Nuno Mendes, sobre a privatização da Efacec

Ex.^{mo} Sr. Presidente,

A EFACEC após ter sido nacionalizada em 2020 teve até à presente data um injeção financeira do Estado no valor de 132 milhões de euros na empresa, a que acrescem 85 milhões de euros em garantias, como afirmado pelo Ministro da Economia¹, após ter anunciado o deferimento da proposta da Mutares Iberia, S.L. para a privatização da empresa.

Contudo após a sua nacionalização, a Efacec já acumulou prejuízos que ultrapassam os 310 milhões de euros, número que resulta da soma dos 74,3 milhões de 2020, dos 183,9 milhões de 2021 e dos 52,8 milhões contabilizados no exercício de 2022.

Tudo começou em 2020 quando 71,7% do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., foi nacionalizado através do Decreto-Lei 33-A/2020, de 02 de Julho², para viabilizar a continuidade da empresa, com a paralela garantia de estabilidade do seu valor financeiro e operacional.

Na altura a ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva indicou que *“O decreto-lei procede à nacionalização 71,73% do capital social da Efacec Power Solutions, uma empresa de referência nacional”*, assim como realçou que esta decisão garante a *“salvaguarda de cerca de 2.500 postos de trabalho e a continuidade da empresa”*.

¹ [Efacec: Estado investiu 132 milhões mais 85 milhões de euros em garantias \(dinheirovivo.pt\)](#)

² Decreto-Lei n.º33-A/2020, de 2 de julho - Presidência do Conselho de Ministros - Procede à apropriação pública por via da nacionalização da participação social detida pela Winterfell 2 Limited na Efacec Power Solutions, SGPS, S. A.

Em síntese os principais objetivos e considerandos principais plasmados no diploma, foram *“salvar a empresa tendo em conta o deferimento dos restantes acionistas privados; a natureza transitória da intervenção e abertura de processo de reprivatização da posição, então objeto de intervenção pública”*.

Ainda de acordo com o referido comunicado do Conselho de Ministros, *“a intervenção do Estado deve ainda ser feita por período restrito no tempo e com vista à resolução temporária da respetiva situação, estando prevista a sua imediata reprivatização, a executar no mais curto prazo possível”*.

Recorde-se que este processo decorre da saída de Isabel dos Santos do capital da EFACEC, na sequência do seu envolvimento no caso 'Luanda Leaks', sendo a empresária angolana tinha entrado no capital da Efacec Power Solutions em 2015, após comprar a sua posição aos grupos portugueses José de Mello e Têxtil Manuel Gonçalves, que continuam a ser acionistas da empresa.

Quase um ano, em maio de 2021, Conselho de Ministros aprova a resolução em que se selecionou cinco³ de entre 10 propostas para se avançar no processo de reprivatização de 71,73% do capital da EFACEC.

Tendo esta aprovação subjacente duas premissas: uma relacionada coma garantia de que o comprador que assegure a autonomia estratégica da empresa e que demonstre capacidade para a sua capitalização e, outra, com a capacidade de reembolsar o Estado relativamente ao empréstimo de emergência que se teve de garantir à Efacec em Agosto de 2020.

Finalmente, em fevereiro de 2022, o Conselho de Ministros confirmou a venda da Efacec ao grupo DST de Braga dos 71,73% que estão nas mãos do Estado, tendo o Secretário de Estado das Finanças, João Nuno Mendes afirmado: *“O Conselho de Ministros tomou a decisão de conclusão do processo de privatização a Efacec, depois de 14 meses de processo, tendo concluído pela seleção do Grupo DST para a compra da participação na Efacec”*.

³ O Governo selecionou para participarem na segunda fase do processo de alienação das ações objeto da venda direta do capital social da Efacec Power Solutions, os potenciais proponentes: Chint Group Corporation, Ltd; DST, SGPS, S.A; Elsewedy Electric Corporation, S.A.E; Iberdrola, S.A. e Sing - Investimentos Globais, SGPS, S.A."

Por consequência, o Grupo DST deveria promover um reforço dos capitais próprios da EFACEC em 81 milhões de euros, em que paralelamente o Estado iria reaver os financiamentos que tinham sido prestadas ao longo destes dois anos, na ordem dos 115 milhões de euros.

Aliás, o referido Secretário de Estado indicou que o Governo não vai entrar com mais financiamento na EFACEC, tendo sublinhado que é *“muito seguro de que a empresa irá viver pelos seus próprios meios e ter uma estratégia ambiciosa”*.

Passado um mês, o Conselho de Administração da EFACEC ao fazer a divulgação das contas referentes a 2021 indicou a existência de perdas consolidadas de 183,9 milhões de euros, para além de um prejuízo operacional de quase 40 milhões e uma dívida líquida de 193 milhões de euros, quando a meta que tina sido anunciada aos candidatos à reprivatização apontava para um EBITDA positivo de 22,9 milhões de euros.

O volume de negócios da EFACEC passou de 224 milhões de euros em 2021, para 154 milhões em 2022, pelo que está em situação de falência técnica, com capitais próprios negativos, em que a dívida já ultrapassou os 250 milhões de euros.

Isto na sequência do falhanço das negociações para a venda à DST, pois estando o Governo a contar com o deferimento por parte da Direção Geral da Concorrência europeia (DGComp) para concluir a operação, tal não aconteceu, uma vez que esta entidade europeia considerou que o desenho do negócio configurava um auxílio de Estado, logo a transação não se concretizou!

Em síntese, o Grupo DST deveria promover um reforço dos capitais próprios da EFACEC em 81 milhões de euros, em que paralelamente o Estado iria reaver os financiamentos que tinham sido prestadas ao longo de dois anos, na ordem dos 115 milhões de euros.

Por consequência, a resolução de Conselho de Ministros de 17 de novembro encerrou as negociações com a DST⁴ e determinou a reabertura de um novo processo de reprivatização da participação social do Estado de 71,73%, tendo a Parpública recebido, segundo anunciou o

⁴ [Comunicado do Conselho de Ministros de 17 de novembro de 2022 - XXIII Governo - República Portuguesa \(portugal.gov.pt\)](https://portugal.gov.pt)

Ministro da Economia em dezembro de 2022⁵, demonstrações de interesse válidas de sete candidatos nacionais e estrangeiros.

Ficando a Parpública, em paralelo, autorizada pelo Governo para *“assegurar a manutenção da atividade da empresa, nomeadamente em termos de apoio de tesouraria, para viabilizar as condições que permitam a concretização da operação de reprivatização, dotando-a dos respetivos meios financeiros em consonância com a informação que a PARPÚBLICA apresentou”*.

Sequencialmente, o Conselho de Ministros de 2 de março de 2023 aprovou, citando o inerente comunicado⁶ *“a resolução que determina que se realize uma segunda fase da venda direta das ações representativas do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., com vista à apresentação de propostas vinculativas melhoradas, identificando-se os cinco proponentes que são admitidos a participar: Mota-Engil Capital, S.A.; Mutares Iberia, S.L.; Oaktree Capital Management, L.P.; Oxy Capital – SGOIC, S.A.; Agrupamento constituído pelas sociedades Grupo Visabeira, S.A. e SODECIA – Participações Sociais, SGPS, S.A.”*.

Tendo culminado com o Comunicado do Conselho de Ministros eletrónico de 7 de junho de 2023, que indica que o *“Conselho de Ministros aprovou, por via eletrónica, a resolução que seleciona a proposta para a aquisição da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A., apresentada pela Mutares”*, autorizando a *“Parpública a realizar as diligências ainda necessárias à conclusão da operação”*.

Não tendo sido revelado o investimento que o fundo irá fazer na empresa, o ministro da Economia indicou que a Mutares vai deter a *“totalidade das ações da Efacec”*, embora a negociação como Grupo Mello e Têxtil Manuel Gonçalves, ainda não esteja concluída fechada.

Sendo que o Governo vai manter-se com *“direito económico”*, que segundo o ministro configura a certeza da recuperação do investimento realizada pelo Estado.

Perante o exposto revela-se de grande preocupação e de sublinhada reprovação os vários episódios relacionados com a nacionalização e as consequentes tentativas de privatização, que

⁵ [Já caiu um dos interessados à reprivatização da Efacec – ECO \(sapo.pt\)](https://www.sapo.pt)

⁶ [Comunicado do Conselho de Ministros de 2 de março de 2023 \(sgeconomia.gov.pt\)](https://sgeconomia.gov.pt)

não só têm obrigado a injeções de avultadas verbas ao longo dos últimos três anos, como tem demonstrado constantes incumprimentos por parte do Governo no que concerne a prazos na efetivação e na transparência dos concursos.

Para além da precipitação agora revelada no último comunicado onde se atribui à Mutares “todas as ações da Efacec”, quando existem ainda por concluir negociações com os demais acionistas e outros agregados temas que se mantêm em aberto e que carecem de esclarecimentos.

Importa ter ainda em conta que em fevereiro deste ano foi anunciado pelo Tribunal de Contas que relativamente à EFACEC “a auditoria está em curso e tem natureza reservada até à aprovação do respetivo relatório”, sendo que segundo o presidente do Tribunal de Contas, deverá ser entregue até ao final deste ano⁷.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer audição em comissão do Ministro da Economia e do Mar e do Secretário de Estado das Finanças.

Palácio de S. Bento, 09 de junho de 2023

O Deputado do GPCH,

Filipe Melo

⁷ [Auditoria do Tribunal de Contas à Efacec tem natureza reservada – ECO \(sapo.pt\)](#) - Auditoria à Efacec sobre os benefícios fiscais, solicitada pela Assembleia da República.